

AgRg no AGRADO DE INSTRUMENTO Nº 1.182.351 - SP (2009/0077270-3)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : VASILUZUM E OUTRO
ADVOGADO : VASILUZUM (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP036924
AGRAVADO : CREUSA GARCIA DA CRUZ UZUM
ADVOGADO : SANTO FAZZIO NETTO - SP038085

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto por VASILUZUM E LINDA MAYUMI IAMAMOTO, contra decisão proferida pelo Ministro Honildo Amaral de Mello Castro (Desembargador convocado do TJAP), que negou provimento ao agravo de instrumento, às fls. 168-172 (e-STJ), nos termos resumidos na seguinte ementa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. CIVIL. OBRIGAÇÕES. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA Nº 284/STF. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA.

1. Na via especial, é vedada a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido.
2. A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial. Súmula 7-STJ.
3. A falta de indicação do dispositivo de lei federal tido por violado, tampouco em que medida teria o acórdão recorrido violado lei federal, bem como em que consistiu a suposta negativa de vigência da lei, e, ainda, qual seria sua correta interpretação, ensejam deficiência de fundamentação no recurso especial, inviabilizando a abertura da instância excepcional.
4. Não se revela admissível o recurso excepcional, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia. Incidência, *mutatis mutandis*, da Súmula 284-STF.
5. Não se conhece de recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional, se o dissídio jurisprudencial não estiver comprovado nos moldes exigidos pelos arts. 541, parágrafo único, do CPC, e art. 255, parágrafos 1º e 2º do RISTJ.
6. Agravo de Instrumento a que se nega provimento.

Os agravantes refutam a decisão agravada, combatendo a aplicação das Súmulas 7/STJ, 284/STF e o fundamento relativo à ausência de demonstração do dissídio

jurisprudencial nos moldes regimentais.

Requerem, outrossim, a retratação desta Relatora.

Impugnação apresentada às fls. 187-189 (e-STJ), pelo não provimento do presente agravo interno.

Entendendo merecer melhor análise a matéria posta em debate, reconsidero a decisão agravada e passo ao julgamento do agravo de instrumento interposto contra decisão que negou seguimento a recurso especial, em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 58):

Agravo interno (CPC, artigo 557, parágrafo primeiro). Conhecido em parte e não provido para manter verba honorária em sentença terminativa de conformidade com o parágrafo quarto do artigo 20 do CPC. No mais, agravo interno não conhecido, pois, terceiro excluído do feito, aquiescendo na exclusão, não pode estar em Juízo na defesa de interesse que não lhe pertence.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ, fls. 73-76).

Nas razões de recurso especial, alegam os ora agravantes violação dos arts. 20, § 3º, e 47, parágrafo único, do Código de Processo Civil de 1973, além de divergência jurisprudencial.

Sustentam "nulidade insanável pela não citação do litisconsorte passivo necessário; cujo efeito da sentença a ser proferida irá atingir diretamente o atual proprietário, daí seu inegável interesse à lide, uma vez que a decisão da causa propende a acarretar obrigação direta para com a sua condição de terceiro prejudicado ou afetar o seu direito subjetivo ou objetivo" (e-STJ, fls. 82-83).

Buscam, ainda, a majoração dos honorários advocatícios fixados em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), por serem inferiores a 10% (dez por cento) do valor da causa.

Sem contrarrazões (e-STJ, fl. 153).

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 155-157 (e-STJ).

Sem contraminuta (e-STJ, fl. 162).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Inicialmente, cumpre destacar que a decisão recorrida foi publicada antes da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016, desta Corte.

O Tribunal de origem, com base nos fatos e nas provas dos autos, assim concluiu (e-STJ, fls. 59-60):

Ora, o feito foi extinto em relação ao réu Vasili que com uma tal decisão concorda, pois, a final, lutou para se manter fora do pólo passivo.

Assim, está bem dosada a verba honorária dentro dos parâmetros do parágrafo quarto do artigo 20 do CPC, pois, efetiva e tecnicamente nem mesmo "vencido" existiu! Daí, que não havendo como de fato não houve "condenação", o dispositivo que regulamenta a administração da verba de sucumbência foi observado corretamente pelo Juízo.

Quanto ao mais, mantenho a decisão recorrida, pois, o "novo adquirente" não é parte legítima e, de resto, Vasili Uzum passou a não mais ter interesse no feito principal, pois, concordou com sua exclusão. Assim, não lhe cabe continuar em Juízo na defesa de interesse que não lhe pertence.

Saliente-se que, para rever as conclusões adotadas pela Corte de origem, no tocante à nulidade insanável pela não citação do litisconsorte passivo necessário, seria necessário o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, em razão da Súmula 7/STJ.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.AÇÃO RESCISÓRIA. LEGITIMIDADE PASSIVA. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O Tribunal de origem asseverou, após a análise dos elementos fático - probatório dos autos, que os procuradores dos recorridos não devem ser inclusos no pólo passivo da demanda, uma vez que não foram parte na ação rescindenda, tendo atuado apenas como advogados da parte no feito, e que não podem ser condenados a

possível restituição de verba que não receberam. Assim, não é possível alterar o entendimento da Corte Estadual, em sede de recurso especial, pois demandaria, necessariamente, reexame de fatos e provas, o que é vedado em razão do óbice da Súmula 7 do STJ.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.136.595/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 7.11.2017, DJe 10.11.2017)

No tocante ao valor fixado pelos honorários advocatícios, anoto que a jurisprudência do STJ entende que, via de regra, não é possível rever os critérios adotados pelo julgador na fixação do referido valor, uma vez que dependeria de reexame de matéria fático-probatória. A incidência da Súmula n. 7 do STJ, quanto a essa matéria, só pode ser afastada quando o valor fixado for exorbitante ou irrisório.

Na hipótese dos autos, verifico que a Corte de origem manteve o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), uma vez que na causa, "efetiva e tecnicamente nem mesmo 'vencido' existiu" (e-STJ, fl. 59), tendo sido observados o zelo do profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza, a capacidade das partes, a importância da causa, o tempo exigido, e o trabalho realizado pelo causídico, de modo que incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ, quanto ao ponto.

No mesmo sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INCIDÊNCIA DA LEI PROCESSUAL CIVIL VIGENTE NA DATA DA PROLAÇÃO DO DECISUM QUE OS ARBITRA INICIALMENTE. IMPUGNAÇÃO DO VALOR FIXADO A TÍTULO DE VERBA HONORÁRIA. PEDIDO DE MAJORAÇÃO. QUESTÃO ATRELADA AO REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA.

1. "Nos termos recentemente delineados pela Corte Especial, 'O marco temporal para a aplicação das normas do CPC/2015 a respeito da fixação e distribuição dos ônus sucumbenciais é a data da

prolação da sentença ou, no caso dos feitos de competência originária dos tribunais, do ato jurisdicional equivalente à sentença.' (EDcl na MC 17.411/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 20/11/2017, DJe 27/11/2017)." (EDcl na AR 4.807/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 20/09/2018).

2. O reexame de matéria de prova é inviável em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ).

3. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1.268.304/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16.10.2018, DJe 30.10.2018)

Observo ainda que o dissídio jurisprudencial não foi demonstrado nos termos dos arts. 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil de 1973 e 255, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça. Para tanto, é necessária a demonstração da similitude de panorama de fato e da divergência na interpretação do direito entre os acórdãos confrontados, o que não ocorreu no presente caso.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora